

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2018-07-11

Deposited version:

Post-print

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Marques Alves, P. (2017). Cidadãos e militantes: uma contribuição para as teorias da ação militante sindical. In Rodrigues, Maria de Lurdes; Rego, Raquel; Veloso, Luísa; Lousada, Maria Alexandre; Gonçalves, Carlos; Rodrigues, Cristina (Ed.), *Anarquismo, trabalho e sociedade – livro em homenagem a João Freire*. (pp. 121-156). Coimbra: Almedina.

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Marques Alves, P. (2017). Cidadãos e militantes: uma contribuição para as teorias da ação militante sindical. In Rodrigues, Maria de Lurdes; Rego, Raquel; Veloso, Luísa; Lousada, Maria Alexandre; Gonçalves, Carlos; Rodrigues, Cristina (Ed.), *Anarquismo, trabalho e sociedade – livro em homenagem a João Freire*. (pp. 121-156). Coimbra: Almedina.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Cidadãos e Militantes: uma Contribuição para as Teorias da Ação Militante Sindical¹

Paulo Marques Alves

¹ Foi com todo o gosto que acedi ao convite para me associar a esta justíssima homenagem ao Professor Doutor João Freire, de quem tive o privilégio de ser aluno e com quem contei como orientador no meu doutoramento. Considero o Professor João Freire uma referência incontornável dos estudos sobre o trabalho em Portugal e por ele nutro grande estima e consideração, quer pelas suas qualidades académicas quer pessoais, que fazem dele um homem de exceção. Hesitei muito na temática a abordar no texto com que lhe presto tributo. Acabei por decidir retomar o tema da minha tese de doutoramento, que permanece inédita. Penso que ele se coaduna bem com o homenageado, que também é um militante de causas nobres.

"Le militantisme est une chose rare que l'on croit toujours en voie de disparition" (Poujol e Romer, 1993 : 3)

Introdução

As ciências sociais em geral e a Sociologia em particular têm sido pródigas no enunciar de teorias que não resistem a um confronto com a realidade, sendo rapidamente desmentidas pelos factos.

Um destes casos é a afirmação do *fim do sindicalismo* e do *fim da militância* que, como referem Poujol e Romer na citação em epígrafe é constantemente anunciada. Certamente que o sindicalismo se encontra em crise, devendo ser obrigação do cientista social conhecer os seus contornos. Mas mais de vinte anos após o aparecimento das teses sobre a sua emergência, algumas chegando mesmo a profetizar o desmoronamento definitivo do movimento sindical, como fez Rodrigues (1999), este se bem que enfraquecido perdura e os militantes continuam a existir e a agir. Inclusivamente, quem é que na década de 50 pensaria que determinados grupos sociais que se mantinham indiferentes ou resistentes ao sindicalismo se viriam a sindicalizar e a ser, como sucede atualmente, um amplo e ativo sector do movimento sindical?

Efetivamente, nas últimas décadas o fenómeno militante alastrou a sectores anteriormente dele bastante afastados. Detentores de órgãos de soberania; professores universitários; médicos; enfermeiros; polícias; militares; guardas prisionais; guardas costeiros; clérigos ou trabalhadores do sexo vieram trazer contributos novos às fileiras militantes, o que não deixa de reforçar a pertinência deste objeto. Por conseguinte, a história recomenda prudência nesta matéria.

Por outro lado, e atuando igualmente no sentido deste reforço, apesar da diversidade dos modos de análise, a construção científica do sindicalismo tem vindo a ser realizada fundamentalmente segundo três planos, que não são mutuamente exclusivos, antes se mesclando em proporções variáveis consoante os autores, as escolas e os campos disciplinares: a estruturação da organização sindical, as ideologias e as suas traduções programáticas, a ação sindical e os modos de representação institucional. Dito de outro modo, a análise tem privilegiado o ator coletivo *sindicalismo* em detrimento dos atores individuais que o protagonizam, os *militantes*.

No entanto, apesar da relevância concedida aos elementos estruturais, o fenómeno militante não desapareceu totalmente das pesquisas efetuadas em diversos campos disciplinares, embora continuem a ser escassos os estudos que sobre ele incidem. Por

vezes, todavia, o militante é tomado num sentido mais descritivo e não problematizado, tendo como consequência o oscilar entre duas perspetivas pouco analíticas – a empatia ou a antipatia; a heroicização ou a dessacralização. Um outro factor de enviesamento comum deriva de se tomar o militante operário masculino como o paradigma do militante, o que não deixa de ser extremamente redutor, sobretudo numa época de crescimento do fenómeno no exterior do mundo operário e de uma crescente incorporação das mulheres na militância sindical.

Neste texto centramo-nos na adesão à *ação militante*. Mais do que tentar explicar o *porquê* da adesão, interessa-nos antes compreender *como* é que alguns assalariados, homens e mulheres, se tornam *militantes sindicais*.

Ao estudarmos os militantes, a nossa perspetiva teórica não é a do individualismo metodológico. Consideramos os militantes como sendo atores dotados de margens de autonomia na definição das suas opções de vida, ainda que essa autonomia seja condicionada por constrangimentos decorrentes da posição que ocupam na estrutura social. Todavia, se devemos reconhecer a importância dos efeitos de estrutura devemos ter de igual modo em consideração que eles não atuam a não ser por intermédio das ações individuais e coletivas, pelo que o plano relacional é fulcral.

Começaremos por evidenciar o modo como o conceito de *militante sindical* tem vindo a ser construído. Seguidamente, procederemos a uma revisão da literatura que se foca na adesão à militância, sindical ou não sindical, e exporemos o nosso modelo teórico. O ponto seguinte será dedicado à análise da adesão à *ação militante* sindical por parte de um conjunto de homens e mulheres que decidiram assumir responsabilidades no movimento sindical português. Concluiremos afirmando a importância da existência de *socialização militante*, enquanto condição necessária mas não suficiente, e das *incitações sociais* para a passagem da passividade à ação.

1. A construção do conceito de *militante sindical*

Sendo um ator coletivo, o sindicato é constituído pelos homens e mulheres que dele fazem parte e que nele evidenciam níveis diferenciados de participação. Caire (1971), distingue entre os *sympathisants*, a população mais difícil de definir e de estimar; os *adhérents* ou *syndiqués*, que se limitam a pagar as suas quotas e a participar ou não na ação conforme as conjunturas, e os *militants*, aqueles que aceitam assumir responsabilidades no seio da organização, tendencialmente de forma não remunerada.

Neste último grupo podemos distinguir várias categorias, de acordo com o grau de responsabilidade assumido na hierarquia da organização sindical. Assim, como referem Andolfatto e Labbé (1996), na base da pirâmide encontramos os *délégués*; numa posição intermédia os *permanents de syndicats*, assim como outros militantes com atividade ao nível das direções dos sindicatos e, por fim, os *permanents «politiques»*, que exercem atividade na cúpula organizacional, isto é, nas confederações, federações e estruturas regionais. Nestes é ainda possível distinguir entre os que acumulam as suas tarefas sindicais com uma atividade profissional e os que consagram a totalidade do seu tempo à atividade sindical.

Podemos assim representar o universo sindical como um conjunto de círculos concêntricos constituídos em torno de um núcleo central ocupado pelos militantes que assumem as responsabilidades mais elevadas. À volta desse núcleo gravita toda a organização, sendo aí que se joga a vida interna do sindicato e que se decidem as evoluções estratégicas. São esses militantes que, por definição, conferem estabilidade à vida organizativa, embora também sejam frequentemente acusados de se terem tornado burocratas que se integraram no sistema e se afastaram da vida concreta de trabalho.

Esta tipologia é de índole indubitavelmente descritiva, baseada em critérios objetivos e formais. O mesmo se passa com a que é proposta por Clegg *et al.* (1961 [1959]), onde se distingue entre *full-time officers*, *full-time branch secretaries*, *branch secretaries*, *shop stewards and others* e *other union officer*.

O *militante de base* é o que tem merecido maior atenção por parte dos cientistas sociais. Não existe uma definição consensual de uma figura que parece possuir aparentemente uma natureza potencialmente contraditória. É grande o debate na literatura especializada, sobretudo a de origem anglo-saxónica. Entre os autores que mais refletiram sobre esta figura militante, uns consideram-no como representante dos trabalhadores nos locais de trabalho (Clegg *et al.*, 1961 [1959]; Dufty, 1980); para outros, ele é o representante do sindicato (McCarthy, 1966); para outros ainda, é um ator que se relaciona com estas duas figuras, mas também com a gestão das empresas, situando-se no interior de um triângulo com aqueles três vértices, assumindo fundamentalmente um papel de intermediação (Lover, 1976; Caire, 1971; Mothé, 1965).

No entanto, antes de algumas destas definições terem surgido, já Goodwin (1964, *apud* Benson, 1991) havia alertado para uma eventual natureza contraditória desta figura militante, evidenciando que ele é ao mesmo tempo *representative of the union* e *defender*

of the workers. Os trabalhadores veem este militante como seu representante enquanto os sindicatos o consideram como seu agente nos locais de trabalho.

Embora estas várias definições incorporem os três aspetos que devem ser apanágio da atividade de um militante de base, não deixam também elas de assumir um carácter redutor em vários planos, o que só é parcialmente ultrapassado pela proposta de definição assinada por Goodman e Whittingham (1969). Para estes autores, este militante é alguém que representa os trabalhadores nos locais de trabalho; é tácita ou explicitamente aceite como representante dos trabalhadores tanto pela gestão como pelo sindicato; é responsável pela condução das fases iniciais de negociação nas empresas; não trabalha a tempo inteiro no sindicato e o seu reconhecimento não resulta do facto de assumir um cargo sindical a nível superior (Goodman e Whittingham, 1969: 2). O militante de base possui assim tanto um poder formal, que lhe é concedido pelas normas do sindicato e pela legislação, como um poder informal, que lhe é conferido pelos seus camaradas de trabalho. No entanto, do nosso ponto de vista, esta definição é também ela insatisfatória, à semelhança das anteriores, apesar de representar um avanço.

Entre os autores francófonos, para além de Collinet (1951), que define o militante como o *esprit du syndicalisme*, Andrieux e Lignon (1973), não se preocupando propriamente em dar uma definição de *militante sindical*, acabaram por avançar com contributos importantes para uma definição, ao referir que o militante exerce a sua atividade de modo voluntário e é alguém que não participa de forma pontual ou esporádica na ação, mas antes de um modo contínuo, distinguindo-se dos aderentes pela intensidade da participação.

E relativamente aos militantes que são dirigentes sindicais? Clegg *et al.* (1961 [1959])), não apresentam uma definição do que consideram ser um *full-time officer*, por se terem deparado com práticas muito diversificadas, quer na comparação entre sindicatos, quer no interior de um mesmo sindicato. Essas práticas iam desde situações em que as fronteiras entre os permanentes e o pessoal de apoio estavam bem definidas por os militantes a tempo inteiro serem eleitos, até situações em que não era feita qualquer distinção entre militantes e funcionários sindicais, por os *full-time officers* serem nomeados.

Por outro lado, como já referimos, Andolfatto e Labbé (1996) distinguem entre os *permanents «politiques»* e os *permanents de syndicats*. Os primeiros compõem o aparelho sindical, consagrando a totalidade do seu tempo à atividade sindical e acumulando inúmeras responsabilidades. Segundo os autores, paradoxalmente, a queda da

sindicalização é acompanhada por um reforço da centralização e de um crescimento importante deste grupo militante.

Por sua vez, os *permanents de syndicats* também consagram a totalidade do tempo, ou pelo menos grande parte dele, à ação sindical pelo que a sua atividade profissional é frequentemente simbólica. São eles que asseguram a ligação entre o núcleo central e os aderentes e assalariados, embora os contactos com os trabalhadores sejam cada vez mais esporádicos no entender destes autores, visto o tempo dedicado à militância ser quase totalmente ocupado em reuniões internas e em negociações. É deste reservatório que se extraem os militantes que, por cooptação, ascenderão ao núcleo central da organização.

De acordo com Andolfatto e Labbé, o estatuto dos permanentes pode ser diversificado. De um lado, podemos ter aqueles cujo estatuto é estável, os *permanents de droit*, a quem as empresas ou a administração pública conferem a possibilidade de ocupar cargos nos sindicatos a tempo inteiro e, de outro, os *permanents en fait*, que não possuem um estatuto claramente definido. É o que sucede com os militantes que, por acumulação de mandatos (no sindicato e num comité de empresa, por exemplo), usufruem de créditos de horas mais vantajosos ou com reformados, pré-reformados ou trabalhadores em situação de desemprego que têm tempo disponível. Desta forma, a conceção do permanente reenvia-nos para uma multiplicidade de situações e para um estatuto fluído.

No fundo, o que se considera ou não *militante sindical* depende dos contextos sociais e dos momentos históricos, embora existam traços comuns que são transversais no tempo e no espaço.

Para nós, são *militantes sindicais* todos os homens ou mulheres sujeitos a uma relação de assalariamento que aderem a uma *ação militante*, isto é, aderem a uma forma específica de ação coletiva que consideram legítima, nela *investindo* esforço e empenhamento no longo prazo.

Para se ser *militante sindical*, é preciso estar-se filiado num sindicato, o que constitui uma condição necessária mas não suficiente. De facto, um militante não se limita a pagar quotas, a assistir a reuniões ou a participar nas eleições sindicais ou em greves. Ele é alguém que luta por uma causa coletiva, protagonizando-a de modo ativo, quer seja de uma forma benévola (o delegado sindical ou o dirigente não permanente), quer de uma forma remunerada (o dirigente permanente), independentemente dessa remuneração estar a cargo da estrutura sindical ou da organização da qual o militante se encontra temporariamente afastado.

A sua atividade militante não é pontual ou esporádica, mas continuada, porque o horizonte do militante não é o curto prazo, mas antes indefinido. Deste modo, a sua adesão deve ser constantemente revivida, tal como Andrieux e Lignon (1973) salientaram. E, por comparação com o simples sócio de um sindicato, o esforço e os custos envolvidos (como também referem Klandermans, 1996 ou Andrieux e Lignon, 1973) são consideravelmente muito superiores, pois a dedicação à causa pode implicar mesmo o sacrifício da vida privada e do tempo de lazer, no limite da própria vida.

O militante possui uma dupla legitimidade, a que lhe é conferida pelo voto dos seus camaradas de trabalho, por ocasião de atos eleitorais, e a que lhe é conferida pela legislação, pelas normas sindicais plasmadas nos documentos internos (estatutos, regulamentos, manuais do militante, etc.), pelas convenções coletivas de trabalho e todos os documentos onde se especificam os seus direitos e deveres.

Um militante pode assumir responsabilidades a diversos níveis na organização sindical, desde a sua base até à liderança de uma confederação, representando os interesses dos trabalhadores desde os locais de trabalho até instâncias nacionais ou internacionais. E as tarefas que desempenha podem ser tipificadas segundo três categorias. A primeira tem incidência no *interior* da organização e refere-se a um conjunto de empreendimentos que visam a integração e o reforço do grupo sindical, como sejam sindicalizar trabalhadores, criar e desenvolver a organização sindical nos locais de trabalho, auscultar os trabalhadores, elaborar e distribuir informação sindical, elaborar outro tipo de documentos sindicais, coordenar e apoiar a organização sindical de base, dirigir e gerir a organização, etc.. A segunda remete para as *relações com os adversários*, aí se incluindo a mobilização dos trabalhadores, a sua representação junto da direção da organização onde laboram e noutras instâncias de representação, o implementar de ações reivindicativas, o denunciar e participar na resolução de problemas laborais, o negociar com o patronato ou o governo, etc.. A terceira abarca tarefas com um carácter *transversal*, onde sobressai a definição das políticas sindicais, que se direcionam tanto para o interior como para o exterior da organização.

Atendendo à divisão do trabalho existente no seio da organização sindical evidenciada por Mothé (1965), implicando em particular uma cisão entre conceção e execução, um militante concreto executa unicamente as tarefas que são inerentes à posição que ocupa na hierarquia sindical num dado momento, podendo nunca vir a assumir algumas das tarefas que foram mencionadas.

2. Socialização militante, redes e incitações sociais

A militância sindical tem constituído um objeto de estudo no mundo anglo-saxónico, sobretudo no Reino Unido e na Austrália, bem como em França. As temáticas analisadas são muito diversificadas, revestindo as pesquisas tanto um carácter mais descritivo como mais analítico.

Entre os primeiros contam-se aqueles que procuram recensear o número de militantes. Nos segundos, pretende-se descortinar o seu perfil; caracterizar a sua atividade; analisar as suas trajetórias, o que tem vindo a ser feito a partir de biografias, autobiografias ou de publicações onde são apresentadas histórias de vida de militantes; analisar a sua *personalidade* e as *gerações militantes*; identificar tipos militantes a partir das suas *orientações* e/ou das *práticas* militantes; analisar os *mecanismos de seleção*, bem como a *profissionalização* e a *carreira militante*, ainda que estas problemáticas sejam pouco trabalhadas; observar a *militância no feminino*; analisar as formas de *repressão* ou de *sedução*; por fim, discutir as temáticas do abandono da militância e da sua crise.

São diversas as abordagens que tentam explicar a militância sindical, todas elas se centrando fundamentalmente na tentativa de explicitação das causas que estão na sua origem. Ressaltam-se aspetos de personalidade (Hamon, 1915 [1894-1895]; Maitron, 1960). Afirmam-se igualmente fatores de índole utilitarista ou eventuais retribuições materiais ou simbólicas retiradas do facto de se militar (Gaxie, 2005; Olson, 1998 [1965]), a que se poderão juntar as compensações psicológicas para uma vida de trabalho frustrante (Andrieux e Lignon, 1973; Alluto e Belasco, 1974) ou para o *stress* inerente ao trabalho (Burke, 1993; Moore, 1980), bem como a tentativa de fuga a uma situação de alienação (Mothé, 1965). Há também quem considere que o militante age por gosto, desejo de aventura ou para desse ato retirar prazer, as *satisfactions libidinaux* de que falava Bourdet (1976). Outros realçam a adesão ideologicamente enformada, onde a atratividade das causas se faz sentir (Fishman, 1996). Também razões de carácter ético são apontadas (Caire, 1980; Reynaud, 1980). Do mesmo modo, a prossecução de um projeto militante envolvendo a defesa de interesses imediatos, acompanhado ou não de objetivos políticos mais latos fez curso (Erbès-Seguín, 1971). Noutras perspetivas, considera-se uma multiplicidade de fatores (Labbé e Croisat, 1992, ainda que com preponderância dos fatores ideológicos; De Witte, 1996, neste caso sendo preponderantes os fatores sociais; Klandermans, 1996). Sverke (1992), entre outros psicólogos sociais,

sublinha a existência de um ajustamento psicológico ou atitudinal com o movimento (*union commitment*).

Como dissemos, a nossa abordagem é distinta. Interessa-nos compreender as experiências individuais e coletivas que conduzem ao militantismo. Mais do que tentar explicar o *porquê*, pretendemos antes entender o *como*, ou seja, discernir o *processo* conducente à militância. No fundo, trata-se de tentar compreender como é que homens e mulheres se tornam *militantes sindicais*. Uma abordagem deste tipo implica a tomada em consideração da variável *tempo*, um tempo que se divide em dois momentos: o primeiro é o dos percursos a montante da adesão, o que significa analisar as socializações primária e secundária; o segundo é o da adesão em si, envolvendo as circunstâncias em que ocorre. Um terceiro momento será o da pós-adesão, que não trataremos.

Na perspetiva que seguimos, os conceitos de *socialização militante*, de *projeto sindical*, de *orientação para a ação militante*, de *redes sociais* e de *incitações sociais* são centrais. Adotamos o conceito de *socialização militante* por analogia com a noção de *political socialization* devida a Herbert Hyman (1969 [1959]) e que tem vindo a ser utilizada por outros autores, ainda que em alguns, como Percheron, segundo uma perspetiva diversa da do autor norte-americano.

Hyman encara a *political socialization* de um ponto de vista normativo, em linha com a sua definição mais geral de socialização. Para este autor, ela consiste num processo de interiorização e de submissão às normas. De sublinhar, no entanto, a importância da consideração de que as normas não dizem respeito apenas à *orientação* para objetivos políticos, mas também à *participação*, o que significa o enfatizar de que a socialização é um fator relevante que condiciona a *participação política*.

A perspetiva de Percheron é distinta. Depois de criticar diversas conceções – nomeadamente, as que menosprezam a existência de uma *socialização política* ao considerarem que as atitudes e comportamentos políticos derivam das atitudes e comportamentos sociais adquiridos através dos vários agentes socializadores; as que defendem que ela engloba todas as outras formas de socialização; as que supõem a existência de uma *socialização política* que leva os indivíduos a tomar consciência do mundo político e que se distingue e sucede no tempo a uma *socialização de base*, através da qual eles se integram na sociedade; ou as que propugnam que a *socialização política* significa uma aprendizagem de papéis especializados e inerentes à sociedade moderna, pelo que não existe nas sociedades tradicionais – esta autora afirma que tudo o que tenha uma influência direta sobre os comportamentos ou as atitudes políticas ou que explique

uma determinada predisposição política deve ser estudada segundo uma ótica de *socialização política* (Percheron, 1974, 1993). Desde criança, ela possibilita o desenvolvimento, por um lado, de uma *competência política* que completa o desenvolvimento da identidade e, por outro, a aquisição de uma *linguagem* que permite comunicar politicamente com os outros.

Divergindo de Hyman quanto à definição do conceito, ambos os autores estão, no entanto, de acordo que a *socialização política* começa muito cedo, na infância, no seio familiar, o qual, como bem nota Percheron, é social, económica e culturalmente situado, o que irá condicionar o campo das perceções políticas dos jovens. A autora sublinha ainda a importância do percurso intelectual (leituras, cinema, teatro, música, etc.), induzido por outrem ou autoinduzido, e que poderá marcar de forma profunda a *socialização política*.

Contudo, esta é uma questão controvertida. Para além de Hyman e Percheron, muitos outros autores defendem-na. É o caso de Barthélémy (1994), que o demonstrou para o contexto associativo, realçando que a socialização familiar, a par da socialização durante os anos de juventude, “*conjuguent des facteurs idéologiques et une propension à l’activisme*” (Barthélémy, 1994: 95). É igualmente o caso de Molinari (1992), que mostrou como a socialização política familiar e as sociabilidades profissionais desempenhavam um papel decisivo no processo conducente à adesão dos operários ao PCF. Ainda no campo político, em Portugal dois estudos evidenciaram a influência socializadora da família. O primeiro incidiu sobre militantes do PSD (Opello, 1982) e o segundo sobre militantes das juventudes partidárias (Braga da Cruz, 1990).

Por seu lado, no campo sindical, refira-se o trabalho de Lund (1964), que reconheceu o carácter essencial da socialização familiar, ao concluir que os trabalhadores com pais que eram membros ativos do movimento sindical e aqueles que tinham participado em associações na sua juventude, não só aderiam mais precocemente aos sindicatos como, mais relevante ainda, tinham uma propensão maior para se tornarem militantes sindicais. Tendo a sindicalização como objeto, diversos outros estudos concluíram igualmente pela importância da socialização familiar para a formação de atitudes entre os jovens valorizando positivamente os sindicatos e acabando por ter um impacto positivo na intenção de filiação sindical (Barling *et al.*, 1991; Waddington e Kerr, 2002; Blanden e Machin, 2003, entre vários outros). Por sua vez, Gomez *et al.* (2002) concluíram que para além da família, a influência dos amigos é igualmente bastante relevante na intenção de sindicalização dos jovens. E Lowe e Rastin (2000) defenderam que os jovens que vivem num ambiente propício ao sindicalismo solidificam as suas

atitudes favoráveis a partir da sua experiência de trabalho e da atuação dos sindicatos. Por último, Sawicki e Siméant (2009), não deixando de sublinhar o papel da família, acabam por atribuir uma maior relevância aos colegas de trabalho na sindicalização.

Para além desta última pesquisa, existem outras que também minimizam a importância da *socialização política* no seio da família. Por exemplo, Connell (1972) afirma que os indivíduos desenvolvem as suas opiniões horizontalmente, isto é, intrageracionalmente, mais do que verticalmente de pais para filhos, devido às experiências similares que vivenciam com amigos ou colegas, enquanto Friedman *et al.* (1972) defendem que a correlação entre os valores políticos e sociais de pais e filhos é baixa. O mesmo se passa com Maitron (1960) ou Andrieux e Lignon (1973). Ainda que considerando legítima a objeção que anteviam que muitos lhes iriam fazer em relação à depreciação da importância da “*ambiance familiale, l’influence du père notamment*” (Andrieux e Lignon, 1973: 73), estes autores defendem o carácter ilusório dessa influência com base no facto de apenas um dos 275 militantes que entrevistaram ser filho de um militante, tendo-se sindicalizado unicamente seis anos após a sua inserção no mercado de trabalho e para isso tendo sido relevante uma greve de grande impacto na sua empresa. Este testemunho sustenta a sua tese de que a *prise de conscience* não ocorre de forma lenta e progressiva, mas repentina.

Não comungamos desta perspectiva de Andrieux e Lignon, pelo que concordamos com os autores para quem a existência de familiares militantes sindicais ou políticos; o desenvolvimento de uma representação da sociedade assente na solidariedade e na justiça social, princípios básicos do sindicalismo, facilitada pelas práticas familiares; a frequência com que na infância e na adolescência se presenciaram debates sobre questões sociais e/ou políticas; o vivenciar de desigualdades sociais através da família, produzindo uma identificação com os *dominados*, os *explorados*, os *excluídos*, constituem aspetos importantes que não deixarão de contribuir para que mais tarde se venha a optar pela *ação militante*. Todavia, também consideramos que nas condições sociopolíticas específicas de Portugal, onde a uma longa ditadura assente no fomento do medo e na indução da despolitização, se aliou uma industrialização tardia, a influência socializadora da família terá sido relativamente diminuta, sobretudo entre os militantes mais idosos, como os trabalhos de Opello e de Braga da Cruz anteriormente citados deixam transparecer.

Mas a *socialização militante* ocorre igualmente na juventude e na idade adulta, no quadro das diversas *redes sociais* em que os indivíduos se encontram inseridos. Estas podem ser de carácter formal, por exemplo, associações, ou informal, as relações

interpessoais que se estabelecem com amigos, vizinhos, colegas de escola e/ou de trabalho ou figuras tutelares, como professores, padres, militantes.

A participação em associações de vária índole tem sido evidenciada quer por autores franceses (Andrieux e Lignon, 1973; Berlivet e Sawicki, 1994; Poujol e Romer, 1992) quer norte-americanos (Fernandez e McAdam, 1989; Gould, 1991; Rosenthal *et al.*, 1985, entre outros). Estas perspetivas pecam, contudo, por tenderem a enfatizar este tipo particular de vínculo social. O mesmo sucede com os trabalhos que enfatizam as redes informais (por exemplo, McAdam, 1986; McAdam e Paulsen, 1993).

O mundo associativo, onde se podem incluir as associações de juventude ou os sindicatos, constituem micro-espacos que participam num movimento gerador de uma educação permanente de tipo informal – como Tocqueville (1972 [1835-1840]) assinalou há já muito tempo – para os seus membros, que se ancora numa dinâmica coletiva. Este mundo constitui uma *seconde école* (Portelli, 1993) que possibilita uma aprendizagem cívica que valoriza o empenhamento social e a participação cidadã, substituindo-se muitas vezes à família e ao sistema educativo, que descurou a função socializadora neste domínio. Por princípio – embora por vezes as práticas fiquem aquém desse desiderato – as associações são verdadeiras escolas de democracia e de aprendizagem do autogoverno. No fundo, elas permitem que indivíduos dotados muitas vezes de um escasso *capital escolar*, em virtude do abandono precoce do sistema educativo, adquiram um *capital militante*, que definimos como um conjunto de saberes e de saberes-fazer indispensáveis a um correto desempenho da *ação militante*, e que assim se torna um substituto do *capital escolar* que não possuem.

A *socialização militante*, proporcionada nomeadamente pelas associações de juventude, representa muitas vezes o passo inicial, noutros casos mais um passo, na construção da *orientação para a ação militante*, ao criar nos jovens uma predisposição que os poderá levar, quando adultos a investir na *ação militante*.

Como afirmaram Andrieux e Lignon (1973), a propósito da JOC, elas proporcionam a muitos jovens aceder a uma *éclairage pré-idéologique* ou, no dizer de Poujol e Romer (1993), é nelas que se *apprendre à combattre* ou, como dirá ainda Richou (1994), é aí que se inculca ou reforça um *habitus de combat*.

Ainda tendo a JOC como paradigma, Berlivet e Sawicki referem que esta organização constitui uma "*véritable propédeutique à la prise de responsabilité syndicale*" (Berlivet e Sawicki, 1994 : 123), enquanto Labbé e Croisat (1992) consideram

que ela facilita um *engagement militant* que releva mais de razões éticas do que das razões utilitaristas postuladas por Olson (1998 [1965]).

A importância destas organizações não se restringe apenas à tomada de consciência dos problemas sociais. Frequentemente, elas permitem o assumir de responsabilidades. De referir, todavia, que tal não ocorre apenas nas organizações formais, mas também, por exemplo, quando alguém se torna delegado de turma. E este acesso a responsabilidades coletivas surge como relevante para estruturar um futuro militante, como enfatizam Pujol e Romer (1993), que citam vários exemplos de como o assumir de responsabilidades é importante e de como a escola não prepara os jovens nesse sentido, sendo substituída pelas organizações de juventude.

Pelo contrário, para alguns autores são as redes informais que se mostram cruciais na *socialização militante* e na adesão à *ação militante*. É o que sucede com McAdam e Paulsen (1993). Embora comecem por afirmar a importância tanto das redes organizacionais formais como das relações interpessoais, incluindo família e amigos, sustentando que a relação entre um indivíduo e alguém que já se encontra inserido no movimento constitui somente uma de entre várias relações que devem ser analisadas, estes autores acabam por defender no seu estudo sobre o *Freedom Summer* que: “*knowing someone who is already involved in social movement activity is one of the strongest predictors into the membership*” (McAdam e Paulsen, 1993: 644).

Como assinalará Gould (1991), a maioria da literatura que releva a importância das redes na adesão à *ação militante* falha ao não ter em consideração os *multiple ties* (organizacionais e interpessoais) que caracterizam a vida em sociedade. Uma exceção neste panorama seria o trabalho de Snow *et al.* (1980) sobre o movimento budista norte-americano. Sucedem que estas relações múltiplas podem, inclusivamente, expor os indivíduos a pressões conflitantes entre si.

Efetivamente, os *multiple embeddings* (Granovetter, 1985) dos indivíduos exercem sobre eles uma influência diferenciada, tanto podendo encorajar como constranger, tudo dependendo do grau de proeminência que possuem na *identité pour soi* (Dubar, 1991). Desta forma, não é só o conjunto das relações que influencia a decisão no sentido da adesão à *ação militante*, mas também a centralidade e relevância que cada uma delas assume, o que é ainda mais relevante quando estamos perante uma militância do tipo *high-risk/cost* (McAdam, 1986; Wilfang e McAdam, 1991).

A experiência vivenciada no mundo do trabalho e as relações que neste se estabelecem entre os indivíduos são realçadas por Andrieux e Lignon (1973) quando

sublinham a ambiência vivida nas grandes concentrações industriais ou nos momentos de ação. Para eles, a *expérience de base*, a primeira etapa do processo conducente à militância, referir-se-ia a situações nas quais se frustram expectativas e aspirações e se sobrelevam sentimentos de injustiça. Podendo ocorrer fora do mundo do trabalho, através do vivenciar da exclusão social, da desigualdade de oportunidades ou da humilhação, seria essencialmente fruto da experiência *traumatisante* da vida de fábrica onde, mais do que os baixos salários ou as jornadas de trabalho muito longas, seriam decisivas as frustrações e as exigências relativas ao trabalho em si, numa dupla dimensão: a do *acte de travail* (natureza do trabalho) e a da *situation sociale de travail* (posição de subordinação na empresa), implicando exclusão do poder e submissão a uma hierarquia brutal e sem escrúpulos.

Ela permite uma *prise de conscience* que conduzirá a um *besoin d'agir*, a última etapa do modelo proposto por estes dois autores. De facto, será igualmente de recordar que para Andrieux e Lignon esta necessidade não provém somente das frustrações sentidas no trabalho, tendo também por fonte a descoberta de um conjunto de *satisfactions* proporcionadas pela atividade militante, a qual permitiria dar sentido a uma vida onde faltaria o *sel de la terre*. A militância constituiria assim uma compensação para a insatisfação no trabalho e para a exclusão do poder.

No mundo do trabalho, os militantes sindicais são um polo constitutivo de identidade, sendo as suas *pratiques unificatrices* (Corcuff, 1991) cruciais na formação de uma identidade coletiva. Elas passam pelos *dispositifs d'unification* (realização de reuniões, formação sindical, etc.) e pelos *méthodes de mobilisation* (informação aos trabalhadores, promoção de manifestações, construção de uma causa em torno de uma injustiça, etc.).

Deste modo, consideramos que a *socialização militante* anterior à adesão à *ação militante* ocorre em vários espaços, desde a esfera familiar à esfera do trabalho. O período em que decorre estende-se da infância até ao momento em que um trabalhador atravessa a fronteira entre a passividade e a ação, compreendendo não só todo o período prévio à inserção no mercado de trabalho, mas igualmente todo o período da vida profissional que se espraia até ao início da *ação militante*. Com ela desenvolve-se, por um lado, uma identificação com um *projeto sindical*, envolvendo a adesão a uma ideologia sindical, a um determinado modelo organizativo, à prossecução de certos objetivos e à implementação de determinadas formas de ação e, por outro, uma *orientação para a ação militante*, enquanto predisposição para investir numa ação considerada necessária e

legítima e que se traduz na aceitação de cargos sindicais envolvendo esforço e empenhamento.

No entanto, com Sawicki e Siméant (2009), afirmamos que a socialização é um fator potenciador, mas não determinante. Do mesmo modo, a adesão à *ação militante* também não é um mero reflexo da experiência de trabalho, como bem sublinharam Andrieux e Lignon, ao reconhecerem que nem todos os operários eram militantes, apesar de estarem sujeitos à mesma condição operária e de todos terem podido aceder a uma *prise de conscience* em resultado da participação em organizações de juventude.

A adesão à *ação militante* resulta assim da observância de quatro condições. A primeira é a construção de uma *identificação* com o mundo sindical em geral e com um *projeto sindical* concreto em particular e de uma *orientação para a ação militante*, possíveis através da *socialização militante*. Esta é uma condição necessária, mas não suficiente, para o atravessar da fronteira que separa a simples sindicalização da adesão à *ação militante*. Três outras condições influenciam a decisão de militar. Ela poderá vir a ocorrer em resultado da existência de *incitações sociais* protagonizadas por aqueles com quem se interage e se partilham experiências sociais similares, o que acontecerá no quadro de determinadas circunstâncias, que assim proporcionam o encontro entre a orientação adquirida e uma trajetória coletiva. Mas para isso é também necessário que não existam constrangimentos sociais, em particular uma oposição por parte dos que contribuem de forma proeminente para a construção identitária, em particular a família. Ou seja, para que a fronteira seja transportada é indispensável ter em consideração as *redes sociais* em que os indivíduos se inserem, as quais funcionam como catalisadoras da ação.

3. Socialização militante e adesão à ação militante entre os sindicalistas portugueses

Uma proporção bastante significativa (vinte e um dos oitenta sindicalistas de cerca de duas dezenas de sindicatos com jurisdição em vários ramos de atividade económica, exceto agricultura e pescas, que foram entrevistados) mencionou um historial de militância na sua família de origem. Em quinze casos, tratava-se de militantes sindicais. Em seis outros aludiu-se a um pai militante político. Entre estes militantes é quase unânime a consideração de que a existência de um militante na família foi crucial para a sua opção militante. Para alguns, como Flávio, Paulo ou Tomás, o recrutamento foi mesmo feito por familiares. O único que considerou não ter sido influenciado pelo seu familiar foi Ivo, dado ter tido pouco contacto com o seu pai, militante político no Brasil.

Entre os que creditam aos progenitores um papel decisivo nas suas opções encontramos José e Manuel. O primeiro sublinhou o debate de ideias, primeiro com o pai e depois com o sogro, ambos militantes comunistas. A sua identificação com estas duas figuras acabou, contudo, por ser apenas parcial, pois ele veio a aderir politicamente a uma organização de extrema-esquerda e sindicalmente a uma das correntes minoritárias da confederação onde militava. Por seu lado, Manuel realçou a importância que para ele teve o exemplo de militância paterno e as práticas familiares de solidariedade, bem como a sua vivência numa época de “*tempos difíceis*”, afirmando que “*o bichinho do sindicalismo e do associativismo tem estado comigo desde praticamente que nasci*”.

Carolina e Susana já puderam ver os pais – a mãe no caso de Carolina e ambos os progenitores no de Susana – serem militantes sindicais em liberdade, conferindo-lhes igualmente um papel importante na sua identificação com um determinado *projeto sindical* (ambas militam nos mesmos sindicatos dos progenitores) e na produção de uma *orientação para a ação militante*. Carolina realçou o debate de ideias, neste caso com a mãe e outras militantes amigas desta, assim como a sua participação em reuniões e outros eventos. Para Susana, o facto de ser militante é algo de “*natural*”. Para ela trata-se de um comportamento “*herdado*”. As suas palavras indiciam a existência de um verdadeiro projeto familiar, entre um vasto repertório de escolhas possíveis.

Também Rodrigo e Daniela integram o grupo de militantes cuja idade possibilitou que os progenitores, no caso os masculinos, pudessem ser militantes sindicais em liberdade. E também eles reconhecem nisso um papel fundamental nas suas opções. As suas entrevistas ilustram bem alguns dos mecanismos de socialização que podem produzir uma identificação com o mundo sindical e acabar por conduzir à militância. As primeiras recordações marcantes que têm a este propósito remontam à infância. Em ambos tratou-se de situações coletivas nas quais os seus pais estiveram envolvidos e onde evidenciaram um papel de liderança, tendo este estatuto acabado por reforçar nas duas crianças o processo de identificação. No caso de Rodrigo foi uma reunião; no de Daniela uma greve.

A socialização primária produziu em Daniela uma orientação para a *ação militante*, mas com ela sucedeu um processo semelhante a algo que Hyman já havia notado. Ou seja, já adulta encontrou uma militante portadora de um *projeto sindical* muito distinto do do seu pai, o que teve como consequência que a sua identificação com o projeto defendido pelo progenitor sofresse uma inflexão mais radical do que a de José. Esse facto traduziu-se na adesão de Daniela ao sindicato onde a sua amiga militava, o

qual é filiado numa confederação distinta daquela a que pertence a organização onde o seu pai continuava a militar.

Um outro grupo de militantes (Fernando, Maurício, Marco, Clara, Francisco, Raul e Joana) também considerou ter sido fortemente influenciado nas suas opções de vida pelos progenitores (o pai nos seis primeiros casos; a mãe no último), dada a sua perspectiva crítica sobre os processos sociais, ainda que não a desenvolvessem no quadro de uma ligação orgânica a um partido político ou a um sindicato. Para Fernando, o pai não lhe escondeu que era antissalarista, tendo-lhe “*falado muito sobre os problemas do país*”. Clara, Maurício e Marco referiram que os seus pais tinham um “*espírito crítico*”. Já Francisco considerou o pai um “*revoltado*”, tendo sido através dele que vivenciou na sua adolescência duas experiências muito perigosas à época: ouvir a Rádio Moscovo e acolher em casa um militante político clandestino. Para além destes factos, no despertar da sua consciência social este militante sublinha igualmente as condições de exclusão social que vivenciou: era uma “*vida de cão*”, como a define. Por sua vez, Raul ancora a sua atividade militante na condição operária do seu pai e num ato de resistência por ele protagonizado face ao patrão. Segundo este militante, o pai, sendo um operário iletrado, “*teve a coragem de dizer não*” ao patrão quando este sugeriu que poderia empregar os filhos, assim permitindo que eles continuassem a estudar, o que os libertou da condição operária. No caso de Joana, a referência é a mãe, que foi quem lhe mostrou a necessidade de agir para acabar com a “*exploração*” e para “*fazer com que as coisas andem*”.

Um terceiro grupo é composto por militantes cujos progenitores são substituídos por outros elementos da família no processo de *socialização militante*. É o caso de Clarisse e Flávio, onde se nota a influência de um irmão mais velho. Fernando, Jorge, Mariana ou Tomás também tinham irmãos sindicalistas, se bem que aparentemente não tenha havido uma influência mútua na decisão de militar. Aliás, Jorge e Tomás sempre assumiram maiores responsabilidades no movimento sindical do que os seus irmãos. No que se refere a Tomás, o familiar mais decisivo na sua *socialização militante* foi um tio, militante sindical já antes do 25 de Abril e que se mantinha em plena atividade aquando da realização da entrevista com o sobrinho.

Se os debates que José ou Rodrigo mantiveram com os seus pais ou Carolina com a mãe foram para eles importantes, a grande maioria dos militantes entrevistados nunca presenciou ou presenciou muito esporadicamente (por exemplo, Jaime recorda-se de ouvir o seu pai, ferroviário, falar da “*famosa greve da braçadeira preta (ou negra), que foi muito polémica*” ocorrida em 1969 no transporte ferroviário) discussões de carácter

político ou social durante a sua infância ou juventude. Inclusivamente, para os pais de Flávio e de Duarte, “*a política era o trabalho*”.

O *medo* é a explicação que a generalidade dos militantes mais velhos avança para a ausência de debates sobre questões políticas e sociais na família de origem. “*Medo*” é igualmente uma palavra repetida várias vezes por Mariana, uma militante cujo pai exerceu não só sobre ela, mas também sobre os seus irmãos, uma influência determinante. Medo das saídas noturnas do pai para distribuir propaganda clandestina; medo de que as canções de protesto cantadas pelos irmãos e amigos fossem escutadas por ouvidos indiscretos.

Mesmo entre os mais jovens, já nascidos em democracia, descortinámos vários exemplos de grande despolitização na família de origem, como ilustram Mário e Luís.

Uma outra dimensão importante do processo de socialização, além das que acabamos de analisar, é a da construção de uma representação do mundo assente na solidariedade e na justiça. Uma boa parte dos militantes entrevistados vivenciou experiências de solidariedade protagonizadas pelos seus pais (Fernando, Manuel, Francisco, Margarida ou Isaura). Esta última evocou frequentemente a “*pobreza*”, a “*miséria*” do meio residencial em que viveu enquanto jovem, marcado pelo surgimento e crescimento de uma indústria têxtil que se radicou no vale que a viu nascer aproveitando condições naturais e sociais propícias e que mantinha muito vivas as práticas solidárias dos seus pais, também eles “*muito pobres*”, considerando que elas constituíam uma marca indelével na sua formação.

Até aqui referimo-nos basicamente a militantes cujas vivências familiares propiciaram, de uma forma ou de outra, a sua identificação com o mundo sindical, quando não mesmo com um *projeto sindical* concreto, e a construção de uma *orientação militante*. Mas, no caso de muitos outros, a *socialização militante* não passou pela família.

Foi o que sucedeu com Rute, Eduarda, Alcino, Maria, Aníbal, Lúcia ou Francisca. Um traço comum a todos estes militantes é o facto da família de origem denotar atitudes manifestamente antissindicais (por exemplo, Francisca dirá que o seu pai “*acha que é um disparate de primeira eu andar a lutar pelos interesses dos outros*”, enquanto Eduarda referirá que o seu pai considera os sindicalistas “*vadios*”), o que à partida teria desfavorecido a militância. Incluímos ainda neste grupo Hélder, cujo pai foi informador da PIDE, e Sofia, cujo pai pertenceu à Legião Portuguesa. Aníbal é um caso particular de ambivalência porque sendo militante, não só mostra compreensão pelas atitudes antissindicais da família, como acaba mesmo por se manifestar próximo delas.

A ausência de *socialização militante* no seio da família está igualmente presente noutros militantes. Nestes casos encontramos fundamentalmente a indução de atitudes conformistas (“*podemos fazer pouco para mudar as coisas*”, diziam a Gonçalo, a Rufino ou a Venceslau), mas também a valorização da “*ambição*” ou da “*importância de se ganhar a vida*” no quadro de uma estratégia de mobilidade social ascendente, como sucedeu, por exemplo, com Luís.

Deste modo, para estes militantes a tomada de consciência da necessidade e da legitimidade da ação vai passar pela vivência de situações de exclusão social em contexto familiar (caso de Lúcia, que viveu uma infância “*muito atrofiada*”) ou o seu testemunho em contexto residencial e/ou pela sua participação associativa durante a juventude ou ainda através das redes informais. Para outros, ela só ocorrerá na esfera do trabalho, sendo que com alguma frequência a inserção no mercado de trabalho foi muito precoce.

Os que começaram a construir os alicerces da militância no âmbito da família, terão oportunidade de os reforçar posteriormente nestes espaços, ao mesmo tempo que enfatizam as situações de exclusão social vivenciadas ou testemunhadas, percecionadas como uma *injustiça de classe* (Joana, Isaura, Francisco, Manuel ou Mariana). Ainda que não tendo esta perspetiva, Miguel afirmará que teve “*uma infância e uma juventude bastante relacionada com grandes dificuldades, com grandes sacrifícios [e] isto também talvez me tivesse marcado*”. O testemunhar de situações de exclusão social foi igualmente enfatizado por militantes cujas famílias de origem rejeitam os sindicatos, como Francisca. No entanto, para ela o problema não reside no capitalismo, que não deve ser superado, mas numa distribuição não equitativa da riqueza, tendendo as desigualdades para o esbatimento. Em contrapartida, um grupo relativamente numeroso de militantes não fez qualquer alusão a esta temática (Carolina, Álvaro, Pedro, Luís, Mário ou Manuela).

Vários dos entrevistados manifestaram uma longa pertença associativa, remontando à juventude. Uns integraram associações do universo católico como a JOC (Isaura, Albertina, Raquel, Lúcia, Manuel ou Eduardo – este também militou na JEC –, que considerou que o método jocista “*ajudava a ver as coisas de uma outra forma... a ver mais longe*”), ou os escuteiros (Marco, Hélder ou Eduarda, que concede um lugar particular na produção da sua orientação para a militância à experiência no escutismo, onde aprendeu a ser autónoma e a ter grande sentido de responsabilidade). Outros participaram em associações desportivas, culturais ou recreativas, tendo alguns assumido cargos diretivos (Mariana, Aníbal, Dora, Tiago, Duarte, Joaquim, Mário, Helena, Joel).

A assunção de responsabilidades não ocorreu somente no mundo associativo, mas passou igualmente pela organização de eventos, como sucedeu com Joel, organizador de um encontro de desportos tradicionais na sua localidade de residência, ou com Luís, que organizou eventos na universidade onde estudou. Este militante participou igualmente no movimento associativo estudantil no ensino superior, tal como Maria, o mesmo se tendo verificado com David e Paulo no secundário.

Ainda no âmbito do sistema educativo, Maria, Eduarda, Susana e Celina foram delegadas de turma durante a sua passagem pelo ensino secundário, tendo sobretudo as duas últimas falado detalhadamente dessa sua experiência, considerando Celina que o delegado de turma é um “*porta-voz daqueles que falam por detrás e que não ousam falar de frente, porque têm medo*”, enquanto Susana referiu que foi delegada de turma porque não tem “*medo de enfrentar ninguém [e] é preciso que as coisas mexam*”.

Estes dois testemunhos evidenciam o que também podemos encontrar num militante sindical. Ambos se expressam em nome do grupo, identificam-se com ele e por ele são, em princípio, apoiados. Do lado oposto estão os representantes da “*injustiça*”, que são a razão e o suporte das reivindicações do grupo, de que o porta-voz se faz eco.

De sublinhar ainda que dois militantes (Francisco e Leonardo) antes de assumirem cargos sindicais foram membros de Comissões de Trabalhadores.

Alguns militantes referiram que as amizades que estabeleceram nas diversas fases do seu ciclo de vida assumiram grande relevância na sua tomada de consciência social. É o caso de Raul, de Vítor, de Daniel ou de Fernando, que foi mais explícito neste campo, abordando detalhadamente o tema. Através de expressões como “*todos os dias*” ou “*andávamos sempre muito juntos*”, evidenciou os fortes laços que os uniam, ao mesmo tempo que falava do debate de ideias no seio do grupo. Antes de enveredar pela militância sindical, Fernando será recrutado por um desses amigos para uma organização política de extrema-esquerda ainda antes do 25 de Abril.

Neste domínio, a passagem pela Marinha de Guerra e as relações interpessoais que então estabeleceram foram muito relevantes para Francisco, que assim reforçou a sua *orientação para a ação militante*, mas também para Ricardo, que aí criou os alicerces de uma orientação até então inexistente, após ter contactado com um oficial que o “*alertou para muitas coisas*”.

Graça protagoniza um outro exemplo de como uma relação interpessoal intensa – neste caso com uma base afetiva – pode funcionar como detonador da orientação militante. “*Cem por cento burguesa*”, no turbilhão do pós-25 de Abril iniciou uma

relação afetiva com um militante partidário de esquerda, acabando por ser “*influenciada por aquela vivência*”. A relação foi breve, mas é valorizada pela militante, ainda que ela refira que as leituras que foi fazendo ao longo da vida e outras experiências tenham sido mais decisivas para a sua opção pela militância e, sobretudo, para a sua identificação com o *projeto sindical* que abraçava.

A vivência universitária, constituiu igualmente uma etapa marcante para todos os militantes que a ela puderam aceder. Para alguns, traduziu-se, como já vimos, por uma atividade nas associações de estudantes, envolvendo responsabilidades de organização coletiva e de representação. Já Sofia participou nas atividades da secção de informação da sua faculdade, nomeadamente na rádio interna. Para outros, a principal aquisição da vivência universitária foi a reflexão crítica sobre os problemas sociais. A isso se referem Cecília, Francisca ou Álvaro, que foi envolvido num ambiente “*extremamente rico e agitado*” de discussões profundas, em que participou ativamente.

Para além dos amigos e colegas, também figuras tutelares têm sido referidas como podendo assumir relevância. Figuras provindas do meio eclesial foram fulcrais nos casos de Eduardo ou de Isaura (elementos ligados à corrente jocista), de Maria (o prelado que a levou para uma associação imbuída do espírito assistencialista e paternalista tradicional na igreja católica), ou de Francisca (as freiras do colégio católico que frequentou e mais tarde o padre e o grupo de católicos que se reunia na Capela do Rato).

Mas a figura mais referida é o *militante sindical*, com quem se contacta quotidianamente nas empresas, mas também aqueles com quem se dá um encontro mais ou menos fortuito e com os quem se passa a manter relações que podem conduzir à militância, como ocorreu com Luís. Este jovem militante já manifestava uma predisposição nesse sentido, vejam-se as suas candidaturas à associação de estudantes e a participação na organização de eventos, mas foi o encontro com um militante experimentado e respeitado que foi decisivo para consolidar a sua *orientação para a ação militante* e, por fim, aderir a este tipo de ação, aceitando primeiro ser delegado sindical e depois dirigente a tempo inteiro.

As narrativas de vários militantes (por exemplo David, João ou Ivo), demonstram quão importante é o contacto frequente, diríamos quotidiano, com os militantes – e através deles com os sindicatos –, o que não deixa de convocar a imprescindibilidade da presença da organização sindical nos locais de trabalho. Os militantes são vistos como figuras de “*referência*”, no dizer de Maria, ou como “*ídolos*”, como se lhes referiu João, sendo os futuros militantes influenciados pelos seus comportamentos.

Alguns dos entrevistados aludiram a determinados acontecimentos que consideram terem tido significado para as decisões que tomaram. A vivência do 1º de Maio durante o salazarismo é mencionada por Manuel e Carlos, sendo que o primeiro credita maior importância ao acontecimento para o seu processo de aquisição de uma orientação militante do que o segundo. A prisão por motivos políticos de familiares (Ana, um primo; Fernanda e José, os pais) ou de amigos/conhecidos (Sofia presenciou a prisão de colegas de faculdade, antes de ser ela própria presa; Eduardo, presenciou a prisão de um seu explicador quando ainda era muito jovem, situação que percebeu como sendo de uma extrema injustiça; Daniel e alguns outros). Mas é ao 25 de Abril que uma grande parte dos entrevistados se refere, com muitos a conceder-lhe o estatuto de fator catalisador da sua “*consciencialização*”, fazendo-os infletir a sua trajetória social.

Outro elemento que reputamos importante no processo de construção de uma identificação com um determinado *projeto sindical* e de uma *orientação para a ação militante*, mas que é frequentemente olvidado, são os estímulos intelectuais.

Tendo em conta o perfil dos entrevistados (baixo capital escolar; níveis etários elevados) não seria expectável que muitos fundassem a sua opção militante em estímulos deste tipo. Efetivamente, apenas perto de uma dezena mencionou como importantes as leituras que foi fazendo ao longo da vida. Com exceção de Francisco, todos detêm um *capital escolar* relativamente elevado. É o caso de Sofia, de Graça ou de Eduardo. Ou de Fernando, para quem o grupo de amigos não só foi essencial no que se refere ao debate de ideias, mas igualmente na indução de determinadas leituras, que foram de grande importância para a sua opção militante, quer no domínio político quer no social. Francisco e Manuel sublinharam igualmente a importância que para eles tiveram a leitura da imprensa de oposição ao salazarismo. E Joel e Gervásio, dois militantes relativamente jovens, realçaram o papel do teatro vivido nos grupos amadores das associações recreativas. Para Joel, o teatro foi quem lhe “*revelou os podres da sociedade*”, enquanto para Gervásio ele permitiu-lhe um “*despertar crítico*”, o que, juntamente com outros elementos, como a militância política do seu pai, criou as condições para ultrapassar a fronteira entre a passividade e a ação.

Por fim, a experiência de trabalho. Jorge vivenciou uma situação que percebeu como de injustiça logo no seu primeiro emprego, quando tinha pouco mais de dez anos. Duas situações que o envolveram impressionaram-no fortemente e revelaram-lhe os mecanismos da “*exploração*” e da “*dominação*”, que só mais tarde viria a compreender verdadeiramente através do processo de *socialização militante*.

Quase duas décadas depois dos acontecimentos narrados por Jorge – e já após o 25 de Abril – Joana foi trabalhar ainda jovem para uma instituição de solidariedade social, o seu terceiro emprego, sujeita inicialmente a uma situação contratual precária. E foi um acontecimento muito idêntico ao ocorrido com Jorge que se mostrou decisivo para o seu encontro com o mundo sindical. A situação, percebida como de “*exploração*” e “*humilhante*”, impeliu-a a ir ao encontro do sindicato para solicitar a sua intervenção, ela que não era sequer sindicalizada, vindo a sindicalizar-se nessa altura, para alguns anos mais tarde se tornar militante.

Mário e Simão são de todos os entrevistados os únicos onde não é possível descortinar uma *socialização militante* prévia à experiência de trabalho, se bem que Mário tenha pertencido à direção de uma associação cultural, o que não é por ele valorizado. Por seu lado, Simão só tomará contacto com o sindicalismo quando foi trabalhar para uma empresa de grandes dimensões e com uma presença sindical forte.

Como referimos, uma vez produzida a identificação com um determinado *projeto sindical* e adquirida uma *orientação para a ação militante*, para que se passe da passividade à ação é necessário que se verifiquem *incitações sociais* protagonizadas por aqueles com os quais se interage e se partilham experiências sociais comuns, incitações que ocorrem no contexto de determinadas circunstâncias.

A narrativa de Manuel é elucidativa acerca destas incitações, neste caso protagonizadas pelo coletivo de trabalho: “*quer queiras quer não tens de ser! Porque tu é que vais à reuniões, tu é que tens tempo!*”. Dito de outro modo, para se ser militante sindical é sempre necessário que se verifique um “*empurrão inicial*”, como alguns militantes referiram. Este “*empurrão*” pode ter origem nos colegas de trabalho, nos militantes sindicais que atuam nos locais de trabalho ou são dirigentes sindicais ou até em familiares, como se verificou com Flávio, Tomás ou Paulo. Mesmo onde não existe organização sindical, o início da militância sindical raramente se dá por iniciativa do futuro militante, antes resultando do encontro entre alguém que está predisposto a militar e os seus colegas de trabalho. Por norma, é só após alguém ter sido identificado como possível militante é que se verifica uma proposta, não existindo atos de candidatura espontâneos. A exceção a esta regra é Ana, que participou ativamente na fundação de um sindicato, tendo aderido a esse processo “*de forma espontânea. (...) Não fui empurrada por ninguém*”.

Ao serem incentivados, os futuros militantes sentem isso como um reconhecimento dos seus pares. É o que expressa José, que viu o facto de ter sido eleito delegado sindical

simultaneamente como um “*dever*”, tendo em conta a sua *socialização militante*, mas também como uma “*honra*”.

Entre os muitos que foram incitados pelos colegas de trabalho contam-se Sofia, João, Álvaro ou Carlos. De notar que com eles se passou o que já vimos com os anteriores, isto é, destacaram-se em reuniões ou na interação com os seus colegas, o que os levou a vê-los como as “*ovelhas sacrificiais*”, para utilizar a expressão de Sofia. Como sublinhou Carlos, a tendência é para haver um retraimento por parte da maioria dos trabalhadores, muitos deles tendo receio de assumir um cargo sindical.

O incentivo dos colegas, seguido de eleição, surge como a regra. Isto acontece pelo menos no que se refere ao cargo de delegado sindical, pois para os níveis de maior responsabilidade na estrutura sindical a norma existente é a prática da cooptação. Num número significativo de casos, a adesão à *ação militante* deu-se por via do recrutamento realizado por alguém já inserido no movimento.

Foi o que sucedeu com Maria, Carla, Simão, Clotilde, Alberto ou Duarte, para não sermos exaustivos. Maria era militante num sindicato, depois de o ter sido noutra, para onde entrou por “*apadrinhamento*”. Carla militava numa organização que não tem delegados sindicais, acedendo-se aos órgãos sociais por “*convite*”. Alberto, por seu lado, depois de uma primeira recusa a um “*convite*”, à medida que se foi aprofundando a sua socialização no interior do sindicato acabou por aceitar uma nova proposta. Duarte, por fim, afirmou que foi eleito dirigente sindical pelo “*próprio presidente e os trabalhadores de Santa Apolónia*”.

E se José criticou o simulacro que as eleições para delegado sindical por vezes são, Artur censurou a via de acesso à *ação militante* baseada em relações de amizade ou familiares, que designou por “*tráfico de influências*”, prática que considerou ser prevalecente nos novos sindicatos que se vão formando e aprofundando a fragmentação do movimento. No seu entender, embora não se detendo em considerações nesta matéria, os militantes sindicais deveriam ser submetidos a um processo que designou de “*pré-seleção*”, só acedendo à *ação militante* aqueles que para tal mostrassem aptidões. Defendeu ainda a “*formação psicológica*” dos militantes por considerar que estes não estão preparados para enfrentar determinadas situações.

No fundo, revela-se consensual a importância assumida pelos fortes laços com os colegas de trabalho ou com um dado militante para a adesão à *ação militante*. A relevância da intensidade dos laços torna-se ainda maior nos casos em que se nota a ausência de uma *socialização militante* mais ou menos intensa e/ou prolongada.

Estas incitações ocorrem em contextos determinados. Durante um acontecimento histórico (muitos, como Fernando, Isaura, Jorge, José ou Lúcia tornaram-se militantes durante o processo revolucionário); aquando da criação de organização sindical nos locais de trabalho (David é disso exemplo); por ocasião de eleições sindicais (como António, Vítor e tantos outros); quando é necessário haver alguém que negocie com a direção da empresa (como sucedeu com Álvaro ou Carlos); aquando da formação de um novo sindicato (é o caso de grande parte dos militantes ferroviários); ou no âmbito de um conflito de trabalho, como aconteceu com Eduardo ou Manuel. Eduardo teve a sua primeira *prova de fogo* numa greve na banca em 1973, onde foi bem sucedido na mobilização dos seus colegas de trabalho que, como ele, tinham um vínculo precário e a quem o sindicato tinha dispensado de fazer greve. O sucesso da sua ação não passou despercebido ao militante sindical do seu serviço, seu chefe direto, que depois o propôs para delegado sindical, acabando por ver a sua posição legitimada eleitoralmente.

Contudo, como já vimos, de acordo com a literatura, para que a adesão à *ação militante* se efetive, é também necessário que quem tem uma importância central na construção identitária, em particular os familiares, não coloque qualquer tipo de entraves a essa adesão. Uma oposição por parte destes pode levar a que todos os que construíram o seu processo de identificação e de *orientação para a ação militante* e foram incitados a aderir nunca venham a militar ou, uma vez tendo transposto a fronteira, venham mais tarde ou mais cedo a abandonar a militância.

A pesquisa permitiu descortinar vários tipos de atitudes dos familiares. Um são favoráveis, onde incluímos o apoio condicionado e o ativo, acontecendo este último quando são os próprios familiares a incentivar os militantes, também os apoiando nas suas tarefas. Outras são de neutralidade, onde inserimos a aceitação da situação com base no princípio de que o familiar é livre de escolher as suas opções de vida, ou com base no conformismo ou na indiferença, assim revelando uma falta de interesse pela ação do militante. Outras ainda são desfavoráveis, podendo ir de uma oposição de certa forma passiva, quando não se passa dos protestos, a uma outra bem mais ativa e radical, consubstanciada na rutura de laços.

Estas atitudes são dinâmicas, pelo que podem variar ao longo do tempo. Foi o que sucedeu com Margarida. A sua mãe, que também havia sido militante sindical, apoiou-a inicialmente, mas viu com muitas reservas a sua passagem a dirigente a tempo inteiro. Já a posição da sua família constituída é de neutralidade face à sua opção.

Esta atitude de neutralidade surge como a prevalecente. Existem casos de indiferença, como sucede com Artur, Carla, Clotilde ou Vasco; casos em que se “*compreende*” a opção do militante, como acontece com Alberto; outros onde se dá completa liberdade ao militante, como sucedeu com Isaura quando iniciou a sua intensa militância; outros ainda que revelam uma acomodação da família, como se verifica com Manuel, que já militava intensamente antes de se ter casado e, por conseguinte, o seu cônjuge foi colocado perante uma situação já existente *de facto*.

As duas atitudes polares são menos frequentes, sobretudo a que envolve um apoio ativo, relatado apenas por três militantes (Francisca, Mariana e Miguel). Este último considera-se um “*privilegiado*”, pois a sua mulher também tem uma militância associativa muito intensa. As duas primeiras militantes salientam sobretudo a ajuda que recebem dos respetivos cônjuges na sua atividade sindical.

Por sua vez, João e Joaquim recebem da família um apoio condicionado. João foi “*advertido*” que não deveria colocar o sindicalismo acima da vida familiar e Joaquim está impedido de assumir cargos a tempo inteiro em troca do apoio.

Mas também existem “*incompreensões*”, como referem Miguel e vários outros militantes. E Simão referir-se-á às “*quezílias*” em casa provocadas pelo tempo que dedica à *ação militante*.

A grande questão que se coloca – e de que a generalidade dos militantes se mostra consciente – é a da conciliação entre *ação militante* e vida familiar. Quase todos os que têm responsabilidades familiares se referem à implicação negativa que a *ação militante* tem a esse nível, quer ela se desenvolva a tempo inteiro ou não, havendo neste último caso a acrescentar a necessidade de conciliar a vida familiar com a *ação militante* e com a vida profissional. É sobre isto que Francisco reflete, afirmando que sempre se recusou a assumir funções, que não as inerentes a um militante político e sindical de base, com receio de que isso pudesse provocar a rutura familiar, que nunca desejou.

No entanto, sendo importante a valoração positiva da família, a ausência dessa condição considerada *sine qua non* por alguns autores pode não impedir a passagem à *ação*, como a pesquisa comprovou.

Ou seja, a adesão à *ação militante* pode verificar-se mesmo em situações em que existe uma forte oposição por parte daqueles, como os familiares, que assumem um lugar central no processo de construção da identidade. Isso ocorre quando o processo de identificação, no caso vertente com o mundo sindical, e a construção da *orientação para a ação militante* é de tal forma profunda que conduz a que o sindicalismo adquira uma

saliência em termos identitários que sobreleva tudo o resto. O desfecho é a rutura dos laços familiares, a qual pode ser temporária ou definitiva.

Foi assim com Lídia, cujos pais manifestaram uma forte oposição à sua militância, o que levou à rutura familiar durante algum tempo; ou com Rute, que rompeu com a sua família de origem tanto para aceder à profissão que escolhera e que não era do agrado do seu pai, como para se tornar militante sindical. Outros militantes oriundos de famílias com atitudes antissindicais, nomeadamente Eduarda, Alcino, Maria ou Francisca, puderam contornar esse desfecho tendo Eduarda visto inclusivamente a sua mãe vir a interessar-se pela sua *ação militante*, ao mesmo tempo que uma das suas duas irmãs se tornava militante, acabando Eduarda por encontrar nela uma aliada.

Também Jorge e Fernando passaram por situações deste tipo. No caso de Jorge, quer em relação à sua família de origem, que prosseguia uma estratégia de mobilidade social ascendente para os seus filhos que não passava de todo pelo abandono do sistema educativo e pelo assumir de cargos sindicais a tempo inteiro, quer com o cônjuge, e no de Fernando igualmente com o cônjuge. Jorge, à semelhança de Lídia, pôde reconstruir os laços com os pais mais tarde. Mas a rutura deste militante, assim como a de Fernando, com os respetivos cônjuges foi definitiva.

Este facto não deixa de convocar a temática das implicações familiares na *ação militante sindical*, um verdadeiro buraco negro dos estudos sobre a militância.

Conclusão

A temática da crise do sindicalismo e da militância afirmou-se nas ciências sociais há uns três decénios. O constatar da crise não significa necessariamente amplificá-la, ainda que por vezes a tendência seja para a empolar, com as teses catastrofistas a simplificarem a complexidade do real, mas negá-la também não ajuda a enfrentá-la. Contudo, apesar da crise, os militantes continuam a existir e a agir.

As análises que têm por objeto de estudo os militantes sindicais têm-se centrado em diversas temáticas, sendo que uma das mais fundamentais tem tentado explicar as causas que estão na sua origem, intituladas de “*motivações*”, “*razões*” ou “*fatores*”, havendo várias conceções teóricas que as tentam tornar inteligíveis.

Mais do que tentar explicar o *porquê*, interessou-nos antes compreender o *como*, isto é, de que forma é que alguns homens e mulheres se tornam *militantes sindicais*. Dito de outro modo, centrámo-nos nos *processos* conducentes à *adesão à ação militante*.

Evidenciámos que este processo é um *processo social*, pelo que serão de rejeitar todas as explicações de carácter psicológico ou psicologizante como as apresentadas por Hamon ou Maitron, baseadas na personalidade dos militantes (o *temperamento* de Maitron), por Andrieux e Lignon ou pelos psicólogos sociais, neste caso avultando a ideia do ajustamento psicológico ou atitudinal com o movimento (*union commitment*) ou os atributos psicológicos dos indivíduos, como a frustração ou a alienação.

Perante estas concepções, contrapomos um outro modelo, no qual consideramos que a *socialização militante* potencia, se bem que não determine, uma identificação com o mundo sindical e com um *projeto sindical* concreto, bem como uma *orientação para a ação militante*, vista como necessária e legítima e que implica um investimento envolvendo esforço e empenhamento. No entanto, na senda de McAdam e Paulsen, consideramos igualmente que “*without structural factors that expose the individual to participation opportunities or pull them into activity, the individual will remain inactive*” (McAdam e Paulsen, 1993: 644).

A *socialização militante* pode ser mais ou menos prolongada no tempo, remontando por vezes à infância no seio da família, uma experiência que não é partilhada por muitos, e pode ser mais ou menos intensa ao longo dos vários ciclos de vida. Se para alguns, o processo de identificação e de construção de uma *orientação para a ação militante* resulta de uma combinação entre uma herança recebida da família – em alguns casos podemos estar mesmo em presença de um projeto familiar – com contributos que durante a juventude provêm do exterior, de amigos, de colegas, dos movimentos de juventude onde por vezes se assumem responsabilidades ou das associações, para outros, relativamente numerosos, esse processo resulta apenas de uma *socialização militante* que ocorre em ciclos de vida mais avançados. Para além das organizações formais, em particular as que possuem pontos de confluência com o movimento sindical, e dos relacionamentos interpessoais, também os acontecimentos, a vivência ou testemunho de situações de exclusão social ou os estímulos intelectuais forneçam importantes contributos para a construção desta orientação, sendo aspetos frequentemente negligenciados.

Segundo a nossa hipótese, a passagem à condição militante resulta de um encontro entre um percurso individual, que é também social, e uma trajetória coletiva, ocorrendo no quadro de um contexto particular, isto é, em determinadas circunstâncias. No quadro dessas circunstâncias, o futuro militante é incitado por todos aqueles que com ele vivenciam experiências similares a passar a fronteira que conduz à *ação militante*, aceitando fazê-lo dada a existência de uma *orientação* prévia. Ainda segundo a hipótese

tal seria possível desde que não se registasse uma oposição por parte de todos os que à partida assumem uma maior proeminência na construção identitária, em particular os familiares.

Contudo, deparámo-nos com um número bastante apreciável de militantes cujos familiares possuem atitudes antissindicais e/ou se opuseram à passagem à *ação militante*, o que não os demoveu, tendo antes conduzido transitória ou definitivamente à rutura dos laços familiares. Deste modo se conclui que quando o processo de identificação, no caso vertente com o mundo sindical, e de construção da *orientação para a ação militante* é de tal forma profundo, implicando que o movimento sindical adquira uma saliência em termos identitários que sobreleva tudo o resto e desde que estejam presentes os elementos estruturais necessários, a oposição dos que são mais próximos não consegue impedir a adesão à *ação militante*.

As *incitações sociais* podem ser de dois tipos: as protagonizadas por colegas de trabalho e as que o são por outros militantes. A importância do meio ambiente de trabalho ficou igualmente bem patente. As mobilizações, quer por ocasião de um acontecimento histórico quer de um conflito de trabalho quer ainda em torno de problemas relativos às condições de trabalho que urge resolver, com o coletivo de trabalhadores a considerar a necessidade de criação de organização sindical originam um contexto propício à adesão à *ação militante*. Do mesmo modo que a presença quotidiana e a irradiação de um grupo sindical nos locais de trabalho é um elemento decisivo para a adesão de novos trabalhadores a este tipo específico de ação coletiva. A existência de organização sindical nos locais de trabalho é assim crucial.

Os militantes de base formam um interface entre os trabalhadores e a direção da empresa e entre eles e o sindicato, como salientou Mothé (1965) entre outros autores. Mas eles são sobretudo um polo decisivo de identificação. São o *esprit du syndicalisme*, para utilizar a expressão de Collinet (1951). O militante de base é alguém que cria laços sociais e que se constitui como facilitador-animador do grupo sindical, tendo por objetivo não só assegurar a sua perenidade mas também de o fazer crescer.

Assim sendo, é em última instância a estrutura das relações de trabalho na empresa que pode explicar a adesão ou não à *ação militante*. Dito de outro modo, as PME sem tradição sindical – dada a dificuldade dos sindicatos em nelas se implantarem por os trabalhadores estarem constringidos por relações de trabalho construídas em torno de uma relação individualizada e informal – podem encerrar um grande número de potenciais militantes que muito possivelmente jamais se virão a revelar.

Bibliografia

- Alutto, Joseph; James Belasco (1974), "Determinants of attitudinal militancy among nurses and teachers", *Industrial and Labor Relations Review*, 27, (2), pp. 216-227.
- Andolfatto, Dominique; Labbé, Dominique (1996), "Sociologie des syndicats français", Évora: Comunicação apresentada ao XV Congresso da Associação Internacional de Sociólogos de Língua Francesa.
- Andrieux, Andrée; Lignon, Jean (1973), *Le Militant Syndicaliste d'Aujourd'hui. Ouvriers, Cadres, Techniciens, qu'est-ce qui les Fait Agir?*, Paris, Denoel.
- Barling, Julian; Kelloway, Kevin; Bremermann, Eric (1991), "Pre Employment predictors of union attitudes: the role of family socialization and work beliefs", *Journal of Applied Psychology*, 76, (5), pp. 725-731.
- Barthélémy, Martine (1994), "Le militantisme associatif", in Pascal Perrineau (dir.), *L'Engagement Politique – Déclin ou Mutation?*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, pp. 87-114.
- Benson, John (1991), *Unions at the Workplace. Shop Steward Leadership and Ideology*, Melbourne, Oxford University Press.
- Berlivet, Luc; Sawicki, Frédéric (1994), "La foi dans l'engagement. Les militants syndicalistes CFTC en Bretagne dans l'après-guerre", *Politix*, (27), pp. 111-142.
- Blanden, Jo; Machin, Stephen (2003), "Cross-generation correlations of union status for young people in Britain", *British Journal of Industrial Relations*, 41, (3), pp. 391-415.
- Bourdet, Yvon (1976), *Qu'est-ce qui Fait Courir les Militants? Analyse Sociologique des Motivations et des Comportements*, Paris, Stock.
- Braga da Cruz, Manuel (1990), "A participação política da juventude em Portugal – as élites políticas juvenis", *Análise Social*, XXV, (105-106), pp. 223-249.
- Burke, Ronald (1993), "Stress, work and professional satisfaction and militancy among Canadian physicians", *Journal of Organizational Behavior*, 14, (5), pp. 459-472.
- Caire, Guy (1971), *Les Syndicats Ouvriers*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Caire, Guy (1980), "Du militantisme syndical", *Revue Française des Affaires Sociales*, 34, (3), pp. 79-124.
- Clegg, Hugh A.; Killick, A. J.; Adams, Rex (1961), *Trade Union Officers. A Study of Full-time Officers, Branch Secretaries and Shop Stewards in British Trade Unions*, Oxford, Blackwell.
- Collinet, Michel (1951), *L'Ouvrier Français, Esprit du Syndicalisme. Masses et Militants*, Paris, Les Éditions Ouvrières.
- Connell, R. W. (1972), "Political socialization in the american family: the evidence re-examined", *Public Opinion Quarterly*, 36, (3), pp. 323-333.
- Corcuff, Philippe (1991), *Constructions du Mouvement Ouvrier. Activités Cognitives, Pratiques Unificatrices et Conflits dans un Syndicat de Cheminots*, Dissertação de Doutorado em Sociologia, Paris, EHESS.
- Dubar, Claude (1991), *La Socialisation. Construction des Identités Sociales et Professionnelles*, Paris, Armand Colin.
- Dufty, Norman F. (1980), "The shop stewards in Western Australia", *Journal of Industrial Relations*, 22, (4), pp. 377-399.
- Erbès-Seguín, Sabine (1971), *Démocratie dans les Syndicats*, Paris, Mouton.
- Fernandez, Roberto; McAdam, Doug (1989), "Multiorganizational fields and recruitment to social movements", in Bert Klandermans (ed.), *Organizing for Change: Social Movement Organizations in Europe and the United States*, Greenwich: JAI, pp. 315-344.

- Fishman, Robert (1996), *Organización Obrera y Retorno a la Democracia en España*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Friedman, Lucy; Gold, Alice R.; Christie, Richard (1972), "Dissecting the generation gap: intergenerational and intrafamilial similarities and differences", *The Public Opinion Quarterly*, 36, (3), pp. 334-346.
- Gaxie, Daniel (2005), "Rétributions du militantisme et paradoxes de l'action collective", *Revue Suisse de Science Politique*, 11, (1), pp. 157-188.
- Gomez, Rafael; Gunderson, Morley; Meltz, Noah (2002), "Comparing youth and adult desire for unionization in Canada", *British Journal of Industrial Relations*, 40, (3), pp. 521-542.
- Goodman, J. F. B.; Whittingham, T. G. (1969), *Shop Stewards in British Industry*, Londres, McGraw-Hill.
- Goodwin, Dennis (1964), "Shop stewards: past, present and future", *Marxism Today*, VIII, (4), pp. 109-115.
- Gould, Roger V. (1991), "Multiple networks and mobilization in the Paris Commune, 1871", *American Sociological Review*, 56, (5), pp. 716-729.
- Granovetter, Mark (1985), "Economic action and social structure: the problem of embeddedness", *American Journal of Sociology*, 91, (3), pp. 481-510.
- Hamon, A. (1915 [1894-1895]), *Psicologia do Anarquista-socialista*, Lisboa, Guimarães Editores.
- Hyman, Herbert H. (1969 [1959]), *Political Socialization. A Study in the Psychology of Political Behavior*, New York, The Free Press.
- Klandermans, Bert (1996), "Ideology and the social psychology of union participation", in Patrick Pasture; Johan Verberckmoes; Hans de Witte (eds.), *The Lost Perspective?*, Aldershot, Avebury, pp. 259-274.
- Labbé, Dominique; Croisat, Maurice (1992), *La Fin des Syndicats?*, Paris, L'Harmattan.
- Lover, John (1976), "Shop steward training: conflicting objectives and needs", *Industrial Relations Journal*, 7, (1), pp. 27-39.
- Lowe, Graham; Rastin, Sandra (2000), "Organizing the next generation: influences on young workers' willingness to join unions in Canada", *British Journal of Industrial Relations*, 38, (2), pp. 203-222.
- Maitron, Jean (1960), "La personnalité du militant ouvrier français dans la seconde moitié du 19^{ème} siècle", *Le Mouvement Social*, (33-34), pp. 67-86.
- McAdam, Doug (1986), "Recruitment to high risk activism: the case of Freedom Summer", *American Journal of Sociology*, 92, (1), pp. 64-90.
- McAdam, Doug; Paulsen, Ronnelle (1993), "Specifying the relationship between social ties and activism", *American Journal of Sociology*, 99, (3), pp. 640-667.
- McCarthy, W.E.J. (1966), *The Role of Shop Stewards in British Industrial Relations*, Working Paper, n. ° 1, Londres, HMSO.
- Molinari, Jean-Paul (1996 [1991]), *Les Ouvriers Communistes*, Thonon-les-Bains, L'Albaron.
- Moore, R.J. (1980), "The motivation to become a shop steward", *British Journal of Industrial Relations*, 18, (1), pp. 91-98.
- Mothé, Daniel (1965), *Militant chez Renault*, Paris, Seuil.
- Olson, Mancur (1998 [1965]), *A Lógica da Ação Coletiva. Bens Públicos e Teoria dos Grupos*, Oeiras, Celta Editora.
- Opello, Walter C. (1982), "Actividades, papéis e orientações ideológicas de sociais-democratas portugueses: estudo de uma amostra", *Análise Social*, XVIII, (72-73-74), pp. 947-958.
- Percheron, Annick (1974), *L'univers Politique des Enfants*, Paris, Armand Colin.

- Percheron, Annick (1993), *La Socialisation Politique*, Paris, Armand Colin.
- Portelli, Patricia (1993), "L'autoformation en milieu associatif", *Revue Française de Pédagogie*, (102), pp. 45-53.
- Poujol, Geneviève; Romer, Madeleine (1993), *L'apprentissage du Militantisme. Enquête Auprès des Organisations de Jeunesse*, Paris, LSCI/IRESO-CNRS.
- Reynaud, Emmanuelle (1980), "Le militantisme moral", in Henri Mendras (ed.), *La Sagesse et le Désordre: France 1980*, Paris, Gallimard, pp. 271-286.
- Rodrigues, Leôncio Martins (1999), *Destino do Sindicalismo*, São Paulo, EDUSP.
- Rosenthal, Naomi; Fingrutd, Meryl; Ethier, Michele; Karant, Roberta; McDonald, David (1985), "Social movements and network analysis: a case study of nineteenth-century women's reform in New York State", *American Journal of Sociology*, 90, (5), pp. 1022-1054.
- Sawicki, Frédéric; Siméant, Johanna (2009), "Décloisonner la sociologie de l'engagement militant. Note critique sur quelques tendances récentes des travaux français", *Sociologie du Travail*, 51, (1), pp. 97-125.
- Snow, David; Zurcher, Louis; Eklund-Olson, Sheldon (1980), "Social networks and social movements. A microstructural approach to differential recruitment", *American Sociological Review*, 45, (5), pp. 787-801.
- Sverke, Magnus (1992), *Developing a Measure of Union Commitment in Sweden: Results of a Pilot Study*, Estocolmo, Arbetslivscentrum.
- Sverke, Magnus; Kuruvilla, Sarosh (1995), "A new conceptualization of union commitment", *Journal of Vocational Behavior*, 46, (1), pp. 1-15.
- Tocqueville, Alexis de (1972 [1835-1840]), *Da Democracia na América*, Lisboa, Estúdios Cor.
- Waddington, Jeremy; Kerr, Allan (2002), "Unions fit for young workers?", *Industrial Relations Journal*, 33, (4), pp. 298-315.
- Wiltfang, Greg; McAdam, Doug (1991), "The costs and risks of social activism: a study of sanctuary movement activism", *Social Forces*, 69, (4), pp. 987-1010.
- Witte, Hans de (1996), "Are trade union members (still) motivated by ideology? A review of the importance of ideological factors as determinants of trade union participation in (the Flemish part of) Belgium", in Patrick Pasture; Johan Verberckmoes; Hans de Witte (eds.), *The Lost Perspective?*, Aldershot, Avebury, pp. 275-304.